

2022		2023		2023		2023	
Consumidores Residenciais - B1	Baixa tensão - em média	Alta tensão - em média	Efeito médio para o consumidor	Consumidores Residenciais - B1	Baixa tensão - em média	Alta tensão - em média	Efeito médio para o consumidor
(2,82%)	(2,82%)	(8,21%)	(4,24%)	9,15%	10,16%	4,63%	8,72%

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração da Eletrocar na 5ª revisão tarifária periódica

Descrição	Valor
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	139.151.254
(2) Índice de Aproveitamento Integral	—
(3) Obrigações Especiais Bruta	32.688.137
(4) Bens Totalmente Depreciados	18.825.085
(5) Base de Remuneração Bruta	87.638.031
(17) Taxa de Depreciação	3,51%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	3.076.095

**Base de Remuneração Líquida e Remuneração do Capital (RC)**

Descrição	Valor
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	139.151.254
(6) Depreciação Acumulada	53.101.456
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	86.049.797
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	—

## Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - Eletrocar -

CNPJ 88.446.034/0001-55 - I.E.025/0053039

**7.22 - Seguros:** A Companhia mantém cobertura securitária patrimonial e da frota de veículos, garantindo a terceiros cobertura de danos pessoais e materiais, suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza e o grau de risco dos ativos e responsabilidades.

**Bens Segurados**

Vigência	Vlr. segurado
2022	2023

Veículos Tabela Fipe

Patrimonial (incêndio/danos elétricos/vendaval) 21/06/22 a 21/06/23 21.710.000,00

**7.23 - Participação de Resultados:** Consta em cláusula de dissídio coletivo, porém ainda não foi implantado o programa de participação dos empregados nos resultados da empresa.

**7.24 - Instrumentos Financeiros:** Os valores estimados de mercado e os instrumentos financeiros dos Ativos e Passivos da Companhia em 31/12/23 e 31/12/2022 não se apresentam diferentes daqueles reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. A Companhia não atua no mercado de derivativos nem tem instrumentos financeiros que estejam registrados no exercício.

**7.25 - Aliquotas PIS/COFINS:** Até junho de 2005 as alíquotas de PIS e Cofins eram incluídas no cálculo da tarifa de forma cumulativa, reconhecendo as diferenças pagas a maior em ativo regulatório. A partir da tarifa de 29 de junho de 2005 a apuração passou a ser de forma não cumulativa calculada pela empresa e cobrado diretamente do consumidor pela alíquota efetiva.

**7.26 - Transações com Partes Relacionadas:** Quanto às transações entre partes relacionadas, as transações de compra e venda de energia e de prestação de serviços são realizadas em

condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. As mesmas são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

**7.27 - Remuneração dos Administradores:** A remuneração dos Administradores é fixada pela Assembleia Geral.

**7.28 - Plano de Previdência e Outros Benefícios aos Empregados:** A empresa não possui plano de complementação de aposentadoria. A empresa concede benefícios aos seus empregados tais como: vale alimentação, vale transporte, auxílio creche, seguro de vida, incentivo educacional, auxílio acidente trabalho.

**7.29 - Questões Ambientais:** A Eletrocar vem tentando minimizar ao máximo as consequências do impacto produzido no meio ambiente, executando com bastante cautela os cortes e/ou poda de árvores na implantação e manutenção das redes de distribuição urbanas e rurais.

**7.30 - Revisão Tarifária Periódica - RTP:** A revisão tarifária é realizada a cada 5 anos e está prevista no contrato de concessão e tem como objetivo reposicionar as tarifas para assegurar a remuneração dos investimentos prudentes e cobertura dos custos operacionais eficientes, de modo a proporcionar um serviço de qualidade aos consumidores. De acordo com o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 084/2000, firmado entre a ANEEL e a Distribuidora em 09 de dezembro de 2015, a próxima Revisão Tarifária periódica da Empresa ocorrerá na data de 22 de julho de 2027. Nos períodos entre as revisões são realizados os reajustes tarifários. A 5ª Revisão Tarifária Periódica - RTP da ELETROCAR ocorreu em 22 de julho de 2022 e o reajuste tarifário - RTA em 2023, teve a seguinte recomposição tarifária:

2023 foram de R\$15.600.983,96 e em 2022 foi de R\$14.465.394,57, tendo um aumento de 7,85%.

**Custos com Energia Elétrica:** Os custos com energia elétrica foram de R\$66.530.856,05 em 2023 e R\$62.592.852,53 em 2022, tendo uma redução de 6,29%. A compra de energia para revenda foi de R\$32.771.589,33 em 2023 e de R\$34.144.918,96 em 2022, tendo uma redução de 4,02%. A geração distribuída, teve um aumento de 13,74%, sendo R\$14.743.630,36 em 2023 e R\$10.846.590,84 em 2022 (126,19%). O Proinfra teve um aumento de 13,74% sendo de R\$2.374.620,72 em 2023 e R\$2.752.850,04 em 2022 (61,96%). Os Encargos de Uso do Sistema e Conexão foram de R\$18.006.752,77 em 2023 e R\$15.047.948,41 em 2022, tendo uma variação de 19,66%. Os créditos gerados de PIS/COFINS sobre os custos com energia elétrica foram de R\$4.890.732,69 em 2023 e de R\$4.665.332,41 em 2022 tendo um aumento de 4,83%.

**Material e Serviço de Terceiro:** As despesas foram de R\$4.937.635,06 em 2023 e de R\$4.479.995,71 em 2022, tendo um aumento de 10,22%.

**Provisões e reversões:** As provisões para prováveis perdas foram negativas em R\$2.557.713,01 em 2023 e de R\$2.557.713,01 em 2022, tendo uma variação negativa de 50,49%.

**Demais Despesas Operacionais:** As demais despesas operacionais, exceto depreciações e provisões, foram de R\$3.052.184,26 em 2022 e R\$3.153.081,07 em 2022, tendo uma variação negativa de 3,20%.

**Receita Financeira:** As receitas financeiras atingiram o valor de R\$5.785.819,72 e R\$6.705.111,81 em 2022 tendo uma variação negativa de 13,71%.

**Despesas Financeiras:** As despesas financeiras foram de R\$7.494.778,17 em 2023 e R\$6.950.159,88 em 2022, tendo uma variação de 7,84%.

**Lucro Operacional da Atividade:** O lucro operacional da atividade foi de R\$5.597.386,64 em 2023 e de R\$7.114.263,42 em 2022, tendo uma variação negativa de 21,32%.

**Capital Circulante Líquido:** O Capital Circulante Líquido foi negativo em R\$5.083.408,76 em 2023 e R\$3.958.309,45 em 2022 tendo uma variação de 28,42%.

**Lucro Bruto do Exercício:** O lucro bruto do exercício antes da reversão dos juros sobre o capital próprio foi de R\$3.888.428,19 em 2023 e R\$6.869.215,42 em 2022.

**Lucro Líquido do Exercício:** O lucro líquido do exercício foi de R\$4.620.333,04 e R\$6.321.977,20 em 2022.

**EBITDA:** Lucro da atividade excluída as depreciações, em 2023 foi de R\$9.312.493,79 e R\$9.905.722,64 em 2022.

Coeficiente	Fórmula	2023	2022
Liquidez Geral	A.Circ.+Realiz.L/P P.Circ.+Exig.L/P	0,91	0,89
Endividamento total	Exigibilidades Total Ativo Total	0,46	0,54
Retorno do Capital	Lucro Líquido Patrimônio Líquido	0,07	0,10
Razão Operacional	Despesa Operacional Receita Líquida	0,95	0,93
Capital Fixo Aplicado	Ativo Permanente Ativo Total	0,58	0,52
Despesa Pessoal x Receita Líquida	Despesa Pessoal Receita Líquida	0,15	0,14
Energia Comprada x Receita Líquida	Compra Energia Receita Líquida	0,68	0,67
EBITDA	Lucro Exercício + Depreciação	9,312	9,906

**7.32 - Governança:** O Plano de Negócios da Eletrocar levou em consideração a estratégia pela sobrevivência, como forma de enfrentamento da crise financeira da companhia, sendo que vem sendo tomadas medidas concretas no sentido de manter a saúde financeira da companhia, bem como a tomada de decisões pautadas pela eficiência/eficácia/economicidade e desburocratização nos atos administrativos. Estes itens, no que envolve a Carta Anual da Governança, passam a ser acompanhados pelos indicadores de sustentabilidade. Com relação à estrutura societária da companhia, não estão previstas alterações na composição societária.

**7.33 - Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS:** Conforme processo 5000174-80.2012.4.04.7104 - TRF4, com sentença em trânsito em julgado em outubro de 2020, determinando o cálculo com base no ICMS destacado em nota fiscal, porém a receita Federal quer reconhecer apenas o ICMS sobre o saldo devedor, conforme entendimento COSIT 013/2018. A empresa habilitou o valor de R\$35.103.644,20 conforme pedido em 15/07/21 e Despacho decisório da RFB em 23/07/21. Foram compensados de julho 2021 a dezembro de 2022 o valor de R\$17.724.890,96, restando um saldo atualizado de R\$20.638.203,82.

**7.34 - Aporte de Capital:** Conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusula 1ª, III e cláusula 4ª do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 084/2000-ANEEL, havendo necessidade, o sócio Controlador deverá aportar recursos sob forma de integralização do Capital Social, em Caixa ou Equivalentes de Caixa, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira da Concessionária.

**7.35 - Compra de energia:** A partir de julho de 2019 a empresa começou a comprar energia elétrica no mercado livre junto a CCEE, de aproximadamente 92% do mercado próprio, conforme chamada pública 018/02 de 19/04/18. Os diretores da Companhia declaram que examinarão, discutirão e revisarão todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Carazinho/RS 31 de dezembro de 2023

Jonas Lampert - Presidente - CPF 948.755.290-15	João Carlos Algayer - Diretor Administrativo e Financeiro - CPF 471.761.800-91	Rui Luiz Toso - Contador - CRC/RS 40.629 - CPF: 273.968.430-49
---	--	--

**Parecer do Conselho Fiscal**

Senhores Acionistas: Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Carazinho S/A - Eletrocar, dando cumprimento as disposições legais e estatutárias examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e Demais Demonstrativos Contábeis bem como as Notas Explicativas e com base nos pareceres dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, são de parecer que os mesmos refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos, em condições de serem submetidos à apreciação e consequente aprovação pelos Senhores Acionistas na Assembleia Geral.

Carazinho/RS, 28 de março de 2024

Daniel Schu - Conselheiro - CPF 006.519.260-50	Elói Francisco Soliman - Conselheiro - CPF 198.564.820-20	José Maurício de Souza Leal - Conselheiro - CPF 307.735.800-00
--	---	--

**Manifestação do Conselho de Administração**

Os membros do Conselho de Administração da Eletrocar, no uso e nos limites das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, os esclarecimentos da Diretoria Executiva, os Relatórios da Auditoria Interna, o Relatório dos Auditores Independentes, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário e o Parecer do Conselho Fiscal, deliberam favoravelmente sobre as Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e as submetem para deliberação final dos Acionistas em Assembleia Geral da Companhia.

Carazinho/RS, 12 de abril de 2024

Ermógenes Bodanese - Presidente - CPF 525.735.919-72	Lisiane Bueno Maidana - Vice-Presidente - CPF 716.755.310-72	Leandro Garcia da Silva - Conselheiro - CPF 946.775.490-87	Jaime Luis Kiper da Rosa - Conselheiro - CPF 347.380.370-72	Marlon Augusto Allebrandt - Conselheiro - CPF 015.079.410-05	Cassiano Scheibe Vailatti - Conselheiro - CPF 650.085.290-72
--	--	--	---	--	--

### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

**Aos acionistas da Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - ELETROCAR, Carazinho - RS. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - ELETROCAR que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data e demonstração dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual, da Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - ELETROCAR em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros Assuntos: Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação do DVA. Esta

demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar

suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o

objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 22 de março de 2024

**ACS AUDITORES E CONSULTORES S/S**

Antônio César da Silva - Contador - Mestre em Controladoria  
CRC-RS 043890-O-9 - CVM AD 17.595 - Registro 12840



## PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.



✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

☎ (51) 9 9649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

